Nº PROC.: 00745 - PR 006/2025 - AUTORIA: Ver. Diego Saraiva Pires , Ver. Enoque Neto Rocha de Souza, Ver. Flávio Gomes Da Silva, Ver. Francisco Vilarindo da Silva, Ver. Israel da Terezona,

ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS, MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE

# COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS, MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE

# PARECER - PROJETO DE RESOLUÇÃO N°006/2025

**PROCESSO**: 0745/2025

**REFERÊNCIA:** Projeto de Resolução n°006/2025

**AUTOR:** Todos os vereadores da Câmara Municipal de Araguaína.

ASSUNTO: "Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara

Municipal de Araguaína e dá outras providências."

## I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Resolução n°006/2025, de autoria de todos os vereadores da Câmara Municipal de Araguaína. Após a tramitação regular, vieram os autos sob o nº 0745/2025 para a Comissão de Obras, Serviços e Servidores Públicos, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente, para elaboração de parecer.

Na mensagem de justificativa, os vereadores da Câmara Municipal assim justificam: "O presente projeto de resolução tem por objetivo alterar o Regimento Interno desta casa de leis, o colocando de acordo ao texto da Lei orgânica municipal, estabelecendo simetria entre os dispositivos normativos. Ademais estabelece rito inexistente outrora no Regimento Interno desta Casa de Leis para o Julgamento das Contas de Prefeito. Com base no direito constitucional, as regras do processo, são disposições normativas de natureza estrutural que norteiam os procedimentos a serem adotados para a garantia de um direito, seu objetivo é a busca pela efetividade das leis materiais. Daí então a necessidade de sua determinação. ". (..)

#### II - PARECER

De acordo com o artigo 81, do Novo Regimento Interno desta Casa de





ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

#### COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS, MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE

Leis, compete à Comissão de Obras, Serviços e Servidores Públicos, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente emitir sobre todos os projetos atinentes a servidores públicos municipais.

No presente caso, o Projeto de Resolução altera o Regimento interno desta Casa de Leis, incluindo que o policiamento do recinto da Câmara Municipal compete privativamente à Presidência por meio da Polícia Legislativa.

Quanto ao tema, a Constituição Federal estabelece a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, como se observa pelo art. 30, inciso I. Vejamos:

#### Constituição Federal

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local; "

Ademais, o presente projeto de resolução encontra fundamento na Lei Orgânica do Município de Araguaína/TO, que assim dispõe:

Art. 28. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...]

IV - dispor, mediante resolução, sobre sua organização, funcionamento e política, sobre a criação, provimento e remuneração dos cargos de sua estrutura organizacional, respeitadas, neste último caso, as disposições expressas nos artigos 37, XI, 49 e 169, da Constituição da República e nos artigos 9°, XI, 19, 20 e 85 da Constituição do Estado; (...)

Art. 72. A <u>resolução</u> destina-se a regular matéria políticoadministrativa de **competência** exclusiva da Câmara Municipal, com efeitos internos. Parágrafo único. A resolução será aprovada pelo plenário por maioria simples em um só turno de discussão e votação, e será promulgada pelo Presidente da Câmara. (Grifou-se)

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Araguaína, atualizado por meio da Resolução nº 425/2024, dispõe, a respeito da temática, que:

Art. 194. A Resolução destina-se a regular, com eficácia de lei ordinária,



Nº PROC: 00745 - PR 006/2025 - AUTORIA: Ver. Diego Saraiva Pires , Ver. Enoque Neto Rocha de Souza, Ver. Flávio Gomes Da Silva, Ver. Francisco Vilarindo da Silva, Ver. Israel da Terezona,

ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

#### COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS, MOBILIDADE URBANA E MEIO AMBIENTE

matéria de competência privativa da Câmara Municipal e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Câmara deve se pronunciar em casos concretos.

Portanto, diante do exposto, a Comissão de Obras, Serviços e Servidores Públicos, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente conclui que a presente propositura não apresenta vício ou qualquer outra ilegalidade capaz de impedir a aprovação nesta Casa Legislativa.

Ressaltamos ainda que, para sua aprovação, o projeto dependerá do voto favorável da **maioria simples** dos membros desta Casa de Leis, em um só turno de discussão e votação (art. 72, LOM).

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão de Obras, Serviços e Servidores Públicos, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente manifesta, quanto à sua temática, parecer **FAVORÁVEL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/2025**.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de março de 2025.

**ISRAEL BATISTA ALVES DE BRITO** 

Presidente

THIAGO COSTA CUNHA

Relator

FLÁVIO GOMES DA SILVA

Secretário

DIEGO SARAIVA PIRES Membro

